



ATA DA 2ª REUNIÃO DE ESPECIALISTAS DO FÓRUM MEMÓRIA, VERDADE, REPARAÇÃO INTEGRAL, NÃO REPETIÇÃO E JUSTIÇA PARA OS POVOS INDÍGENAS

I. DATA E LOCAL

Data: 11 de fevereiro de 2025

Horário: 10h às 11h45

Local: Encontro virtual via zoom, link de acesso - <https://us02web.zoom.us/j/87688110786>

Link da transcrição:

https://app.read.ai/analytics/meetings/01JKTHD6MD5ADM1EYFZ73C8V96?utm_source=ShareNav

II. PARTICIPANTES

- A. Daniela Greeb
- B. Edmundo Antônio Dias
- C. Ela Wiecko Volkmer de Castilho
- D. Elaine Moreira
- E. Flávio de Leão Bastos Pereira
- F. Iara Ferraz
- G. Manoel Lauro Volkmer de Castilho
- H. Marco Antonio de Almeida
- I. Marlon Weichert
- J. Manuela Carneiro da Cunha
- K. Rubens Valente Soares
- L. Vanessa Labigalini

III. PAUTA

1. Boas Vindas de abertura;

2. Informes:

- Realização dos Seminários Regionais sobre Justiça de Transição: APIB/Relacionais e Obind
- Solicitação de criação da CNVI para o MPI via Instituto Vladimir Herzog





3. Metodologia para o estudo dos casos

IV. RESUMO

A reunião abordou questões relacionadas à memória, verdade, reparação integral e justiça para os povos indígenas, com foco em casos de violações de direitos. Daniela Greeb deu início ao encontro, onde os participantes confirmaram suas presenças e discutiram a importância de um fórum programado para o dia 18 de fevereiro, que incluirá na pauta as recomendações para a Comissão Nacional da Verdade Indígena. Elaine Moreira trouxe à tona a participação de Eliel do Ministério dos Povos Indígenas, e compartilhou sobre a realização dos encontros regionais realizados com a APIB, onde discutiram graves violações enfrentadas pelos povos indígenas.

Durante a discussão, Daniela Greeb destacou a relevância de estudar casos de remoção como um modelo para outros projetos. Elaine enfatizou a necessidade de coletar feedback sobre relatórios e as dificuldades enfrentadas pelos pesquisadores indígenas. Rubens Valente propôs criar um índice que abranja a dimensão nacional dos casos de violência contra os povos indígenas, incluindo eventos recentes como o genocídio Yanomami.

Iara Ferraz ressaltou a urgência de sistematizar casos de violações e a criação de um banco de dados para compilar informações. Daniela discutiu a construção de um mapa para apoiar o fórum, enquanto Elaine enfatizou a importância de amadurecer a metodologia do GTs. Rubens sugeriu a criação de um grupo de WhatsApp para facilitar a comunicação entre os grupos de trabalho, e Elaine mencionou a necessidade de um repositório virtual documental para o fórum, destacando o interesse de grupos de estudos universitários.

A necessidade de focar em casos que ainda têm repercussões atuais. Rubens expressou frustração com a PUC de Goiás pela falta de acesso a documentos importantes, enquanto Elaine sugeriu dividir a próxima reunião em grupos de trabalho para discutir casos específicos. Daniela finaliza mencionando a criação de um Google Docs para organizar documentos, garantindo acesso a todos os participantes. A reunião foi encerrada com agradecimentos e a promessa de compartilhar a ata.





V. ASSUNTOS TRATADOS

- Atualizações sobre o Fórum e Projetos Indígenas

Elaine Moreira informou que o Eliel do Ministério dos Povos Indígenas (MPI) participará do fórum no dia 18 de fevereiro, onde se discutirá a criação da Comissão Nacional Indígena da Verdade. Ela também relatou a realização de dois encontros com a APIB, um na ARPINSUL em Curitiba, e outro da APOINME em João Pessoa, onde foram abordados casos de violações de direitos, como os dos povos Xetá e Tuxá.

- Discussão sobre Metodologia e Casos de Violações aos Direitos Indígenas

Daniela Greeb e Elaine Moreira abordaram a metodologia a ser utilizada para o levantamento de casos de violações de direitos indígenas, enfatizando a importância de um feedback crítico sobre os relatórios elaborados. Edmundo Antonio Dias trouxe à tona a interseccionalidade entre diferentes etnias e as violações que enfrentam, sugerindo que algumas temáticas podem ser comuns a vários povos.

- A importância da documentação histórica para a memória indígena.
- Discussão sobre as 13 recomendações da Comissão Nacional da Verdade.
- Relato dos seminários regionais realizados com grupos de pesquisa indígenas.

- Discussão sobre Casos Indígenas e Propostas de Ação

Elaine Moreira esclareceu que o projeto financiado pela Embaixada da Noruega se dedica ao estudo de sete casos, mas o fórum deve explorar outros casos que também são importantes. Rubens Valente sugeriu a elaboração de um índice que documente a violência contra diferentes povos indígenas ao longo do tempo, incluindo eventos recentes, para evitar a limitação a poucos casos e proporcionar uma visão mais ampla da situação.

- Metodologia e Sistematização de Casos de Reparação

Iara Ferraz enfatizou a necessidade de um ponto de partida metodológico para o GT1, utilizando a experiência do Armazém Memória. Ela destacou que muitos casos já têm estudos e subsídios suficientes para serem encaminhados, especialmente aqueles que aguardam reparação há décadas. Edmundo Antonio Dias complementou que a correspondência entre casos e etnias não é direta, e que é essencial entender a política de Estado por trás das violações.





- Interseccionalidade entre as violações de diferentes etnias.

- Metodologia do UGT e Dinâmicas dos Grupos de Trabalho

Daniela Greeb propõe a utilização de um mapa virtual, que será criado pelo projeto apoiado pela Embaixada da Noruega, para integrar o apoio ao fórum, enquanto Elaine Moreira questiona como os grupos de trabalho se reúnem e interagem nas reuniões do fórum. Rubens Valente destaca a necessidade de reuniões mais frequentes entre os GTs e a designação de um relator para manter o foco. Prof. Flávio Bastos sugere a criação de um repositório de informações, como o Google Docs, para centralizar dados relevantes.

- Discussão sobre a Declaração Universal dos Povos Indígenas e Legislação Histórica

Ela Wiecko propõe que a Declaração Universal dos Povos Indígenas sirva como base para a discussão sobre direitos e violações. Rubens Valente menciona a complexidade de analisar a legislação da época dos abusos, enquanto Flávio Bastos oferece-se para realizar um mapeamento dessa legislação. A conversa se concentra na necessidade de compreender as nuances legais e históricas relacionadas ao genocídio indígena.

- Criação de um índice nacional de casos de violações contra povos indígenas.

- Discussão sobre Plataforma e Experiências na Comissão Nacional da Verdade

Durante a conversa, Elaine sugeriu a criação de uma plataforma para o fórum, ressaltando o crescente interesse de grupos de estudos universitários. Rubens e Daniela enfrentaram problemas de conexão, refletindo sobre as dificuldades que os indígenas também enfrentam. A participação de Manoela foi solicitada para compartilhar sua experiência na Comissão Nacional da Verdade.

- Discussão sobre Políticas Públicas e Direitos Indígenas

Manoela destacou a relevância de abordar casos históricos de violação de direitos indígenas, como a criação do município de Douradina em 1943, que sobrepôs terras tradicionais. Ela também enfatizou a importância de documentar e apoiar iniciativas locais, como a dos Warao, que possuem evidências sobre sua história recente. A discussão incluiu a necessidade de uma colaboração efetiva com os indígenas e a importância de políticas públicas que considerem suas realidades.





- Discussão sobre a reunião com a PUC e os próximos passos.

- **Questões sobre o Acesso aos Diários de Jesco Puttkamer**

Rubens Valente expressa sua insatisfação com a PUC de Goiás, que não permite o acesso aos diários de Jesco Puttkamer, que contêm relatos sobre o genocídio dos povos Sinalarga e Surui. Ele menciona que, mesmo com autorização de Almir Surui e a oferta de um tradutor, a PUC alega questões pessoais para não liberar os documentos.

- Acesso aos diários de Jesco Puttkamer e a resistência da PUC de Goiás.
- A necessidade de uma iniciativa jurídica para garantir o acesso a documentos públicos.

- **Discussão sobre o papel de Jesco e a documentação de crimes do Estado**

Rubens Valente explicou que Jesco von Puttkamer tinha uma relação próxima com os Villas Boas e a Poena, o que o tornava mais do que um observador. Ele possuía habilidades técnicas de preservação de filmes, sendo valorizado por sua capacidade de arquivar, mas também era considerado um agente do Estado que documentou ações do governo.

- **Discussões sobre a Reunião do Dia 18 de fevereiro e Levantamentos de Casos**

Durante a conversa, Elaine propôs que no dia 18 os grupos de trabalho iniciassem com o levantamento de casos, incluindo observações sobre casos em andamento. Flávio e Ela Wieko também mencionaram suas limitações de horário, mas se comprometeram a contribuir com as discussões e levantamentos necessários.

- Criação de um Google Docs para organizar documentos e informações do fórum.





VI. DELIBERAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS

- Elaine Moreira irá socializar as 13 recomendações da Comissão Nacional da Verdade com o grupo durante o encontro do fórum no dia 18 de fevereiro.
- Daniela Greeb irá organizar os relatórios dos seminários regionais da APIB realizados com os grupos de pesquisa indígenas para apresentá-los ao fórum.
- Edmundo Antonio Dias irá discutir a interseccionalidade entre as violações de diferentes etnias durante as reuniões do GT.
- Rubens Valente irá propor a criação de um índice nacional de casos de violações contra povos indígenas para ser apresentado na próxima reunião.
- Iara Ferraz irá levantar dados sobre os casos de violações que já estão sendo trabalhados pelos grupos regionais da APIB.
- Rubens Valente irá solicitar à PUC de Goiás a abertura do acervo de Jesco Puttkamer para acesso público.
- Marco Antonio Delfino de Almeida irá participar de uma reunião com a PUC para discutir o acesso aos diários e fotos de Jesco Puttkamer.
- Elaine irá iniciar um levantamento da legislação em conjunto com o MPF.
- Daniela Greeb irá providenciar a criação de um Google Docs do Fórum para organizar todos os documentos divididos por GTs.

